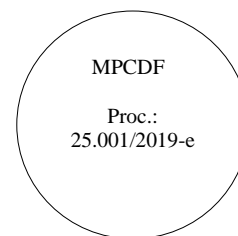




**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**



PARECER: 715/2019–G1P

ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 25.001/2019-e

EMENTA: 1. CONHECIMENTO DAS FICHAS ADMISSIONAIS PELO **PLENÁRIO**. DECISÃO Nº 4.953/2012. CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS REALIZADAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. ANO 2018. EDITAL Nº 28/2016.
2. UNIDADE TÉCNICA SUGERE O CONHECIMENTO DAS FICHAS ADMISSIONAIS E DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS.
3. PARECER **DIVERGENTE DO MPC/DF**. ILEGALIDADE DAS CONTRATAÇÕES PARA CARÊNCIAS DEFINITIVAS E LEGALIDADE DAS DEMAIS.

1. Os autos cuidam do conhecimento das fichas admissionais referentes a contratações temporárias de Professores Substitutos, especialidade: Atividades, realizadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, regulado pelo Edital nº 28/2016 – SEEDF (DODF de 1º/12/2016).

2. A Área Técnica destacou, inicialmente, que o Edital do Processo Seletivo foi acompanhado por esta e. **Corte de Contas** no bojo do Processo nº 38.940/2016.

3. Destacou, preliminarmente, que a análise das contratações temporárias está sendo procedida em conformidade com o contido no item II. **a** da Decisão nº 4.953/2012, exarada no Processo de Representação nº 36.104/2011, mediante o qual a c. **Corte de Contas** resolveu: “II - autorizar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal a: a) dar conhecimento ao Plenário das fichas admissionais referentes às contratações temporárias atualmente existentes no Sistema de Registro de Admissões e Concessões – SIRAC em autos específicos”.

4. Nesse contexto, ao abrigo do quanto decidido pelo c. **Plenário**, a Unidade Técnica, para o presente caso, sugeriu ao e. **Tribunal**:

“I – tomar conhecimento:

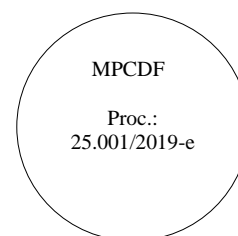
a - das fichas admissionais juntadas ao presente processo;

b - das seguintes contratações temporárias de Professores, ocorridas no ano letivo de 2018, decorrentes de aprovação no Processo Seletivo Simplificado regulado pelo Edital n.º 28/2016 – SEEDF, publicado no DODF de 1º.12.2016 (Suplemento):

Professor Substituto, especialidade: Atividades: Alcione Monte do Nascimento, Alessandra de Almeida Couto, Alessandra Joaquina de Oliveira, Ana Carolina de Almeida Vieira, Ana Cristina Borges, Caroline Lara Pereira Sousa, Cleyciene Christine Santos Vieira, Cynthia Cristina Alves Mesquita, Deborah Cavalcante Ferreira, Edesia Marciano de Lima, Elaine



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA



Cristina Pereira Chaves, Eloisa Pereira de Sousa, Erick Tarlene de Melo Santos, Francineidy Ribeiro Viana, Gracijose Mendonça dos Anjos, Helio Batista da Fonseca, Iona Sarubi de Sena, Izildete Abadia de Sousa Lobo, Jefferson Luis dos Santos Peixoto, Joelma de Moraes Pontes, Joelma Santos da Conceicao, Joice Ferreira Nobre, Juliana Christine Doutor de Oliveira, Larissa Gomes Cordeiro Gavino, Laysa Lima Pinto, Luciana Cardoso Ferreira, Luciana Marques de Brito Gonçalves, Luciene Pereira de Carvalho, Luzia de Souza Cardoso, Luzinete Aguiar de Carvalho, Marcia Geralda Monteiro, Maria de Fatima Alves Santos Scomparin, Maria José Soares Freire Inacio, Maria Leila Soares, Marília Martins Dantas, Maura dos Santos Soares, Miriam Pereira de Souza, Monica Maria Mendonca de Oliveira, Rayana Paulino Bandeira, Rejane Marcelle Barbosa da Silva Soares, Rivana Cristina de Freitas Mundim, Sandra Mara Rodrigues Branco, Soledad Moreira de Almeida, Sonia Batista Frota, Sureia Bessa do Amaral, Talia Alves Pereira Braz, Vanda Gomes Marques Batista, Vanessa de Sales Lopes, Vanessa Shirley de Queiroz de Moraes e Wilva Quirino Bastos;

II – autorizar o arquivamento dos presentes autos.”

5. Após este breve relato, passo à análise do presente feito.
6. Expostas as considerações da SEFIPE, cabe ressaltar que exsurge dos autos questão tormentosa acerca da contratação temporária de professores no âmbito distrital, das quais se identificam situações decorrentes de: aberturas de turmas e remanejamento interno, consideradas, na visão Ministerial, carências definitivas.
7. Assim, como já realçado no Parecer nº 394/2008 - CF, “*Se não se pode considerar todos os atos ilegais, pelo mesmo motivo, não é possível considerar todos eles legais como tem sido feito*”. De igual modo, não se deve apenas tomar conhecimento. Ademais, nos autos do Processo nº 38.940/2016, o MPC/DF, mediante o Parecer nº 391/2018 - GP1P, a despeito de concordar com o arquivamento daquele feito, deixou assente que: cabia “*destaque ao Processo nº 5.782/2018, que alberga **Auditoria de Regularidade** na Secretaria de Estado de Educação, para exame das contratações temporárias ocorridas no ano letivo de **2017**, englobando, portanto, admissões decorrentes do certame em epígrafe*”, porquanto, “*Naqueles autos, a Quarta Procuradoria, acompanhando o Corpo Técnico, verificou a existência de **indícios** de que determinadas contratações temporárias teriam sido utilizadas para o suprimento de carências definitivas em disciplina **para a qual havia candidatos aprovados no concurso público** (...)*”.
8. Portanto, lamentando dissentir da SEFIPE, mantendo fiel ao entendimento de que não se pode (chancelar) considerar legais todas as contratações da espécie, e, tampouco, apenas tomar conhecimento, opina este **Parquet** por que sejam consideradas ilegais as contratações para suprir carências definitivas, sem embargo da legalidade das demais.

É o Parecer.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador em substituição